

AA
J. R. B. T.
Santos
Net



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MEXILHOEIRA GRANDE

ÍNDICE

Pág.

Introdução -----	3
A Instituição -----	4
Atividades desenvolvidas	
I – Projeto de Construção do Equipamento Social -----	5
Desmonstrações financeiras -----	
Demonstração dos Resultados	
Balanço	
Anexo	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Parecer do Conselho Fiscal	

AM
Fern
H
BT
MT

Introdução

Serve este documento para apresentar à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande as atividades desenvolvidas no decorrer do ano de 2024, bem como as demonstrações financeiras do período.

I-Projeto de Construção do Equipamento Social:

As obras para a construção do Equipamento Social da Misericórdia (ERPI/CD/SAD), iniciaram-se no mês de Agosto de 2023 e a 31 de Dezembro de 2024, a obra encontra-se executada a 93,49%.

II – Atividades de Apoio à Comunidade:

No presente exercício a Instituição deu continuidade às atividades de apoio à Comunidade, nomeadamente a disponibilização de equipamentos de aluguer.

AB
BJ
Santos
MT

A Instituição

A Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande é uma Instituição Particular de Solidariedade Social inscrita sob o n.º 1/19, folhas 168, 168 verso, 169, 169 verso e 170 do Livro n.º 2 da Irmandade das Misericórdias, com registo efetuado na Direção Geral da Segurança Social em 03/11/2014.

Os Órgãos Sociais em exercício cumprem o mandato de 2024-2027 e são constituídos pelos seguintes membros:

Assembleia Geral

Presidente – José João Albano Dias

1.ª Secretária – Paulo Miguel Cristino Barroso

2.ª Secretária – Rita Joana da Silva Pinto Dias

Mesa Administrativa

Provedor – António José Duarte Borralho

Vice-Provedor – Bruno Miguel Amores Inácio

Secretário – Susana Filipa da Silva Santos

Tesoureiro – Mónica Filipa Várzea Afonso

Vogal – Armando da Conceição Esteves

Conselho Fiscal

Presidente – Ana Sofia Anacleto Luís

Secretário – José Vitorino da Silva Nunes

Vogal – Maria dos Santos C. Mateus Cristino

A
S
B
H
N
H

Atividades Desenvolvidas

I – Projeto de Construção do Equipamento Social da Misericórdia



RÉS-DO-CHÃO

O acesso ao nível do rés-do-chão é realizado pela entrada principal que dá acesso à zona de receção. Aqui, é feita a distribuição da circulação para o 1º Andar através de escadaria e/ou elevador, e é aqui que se encontram os serviços administrativos do lar, áreas destinadas aos funcionários e ainda a cozinha e lavandaria. A circulação entre os volumes é bastante linear de modo a facilitar a deslocação entre eles.



1º ANDAR

Ao nível do 1º Piso, a distribuição é pensada de modo a que a zonas de uso contínuo por parte dos utentes fiquem na zona central – a área de distribuição e acessos verticais, bem como a sala de atividades (com acesso a pátio exterior) e refeitório. Junto a este, uma copa de acesso direto ao monta-cargas para recebimento e distribuição das refeições. Este piso inclui ainda os blocos de quartos (com I.S. privativa e salas de estar com copa) bem como gabinete de enfermagem, banho geriátrico, cabeleireiro/pedicura.

As obras de construção do Equipamento Social, iniciaram-se em Agosto do ano de 2023. O valor da Obra de Construção, foi adjudicada pelo preço base de 3 189 361,44€, + Iva à Taxa de 23%.

O montante financiado pelo PRR, foi inicialmente (valor do 1º contrato) de 2 370 900,00€. Posteriormente, este montante, foi aumentado em 20%, (valor do contrato de aditamento), passando ao montante total de 2 845 080,00€.

À data de 31 de Dezembro de 2024, a SCM Mexilhoeira Grande, tinha recebido do PRR, a título de adiantamento e pagamento de Faturas o montante de 2 133 679,36€, correspondente a 76,25%, do montante total.

À data de 31 de Dezembro de 2024, a obra encontrava-se realizada em 93,49%, num montante faturado pelo Empreiteiro de 2 981 702,74€.

O montante referente à revisão de preços, faturada até 31 de Dezembro de 2024, foi de 237 562,88€. O PRR irá comparticipar com 87,74% deste montante.

Acontecimentos após a data de Balanço

À data de 28 de Fevereiro de 2025, a obra encontrava-se realizada em 98,11%, num montante faturado pelo Empreiteiro de 3 129 140,57€

Nesta data, encontra-se por receber do PRR 652 420,56€ (23,31%)

II – Atividades de apoio à Comunidade

Serviço de aluguer de equipamentos

of.
Adri *BT*
santos
pt

Balanço

Demonstração dos resultados

Anexo

Demonstração de Fluxos de Caixa

Parecer do Conselho Fiscal

A Mesa Administrativa

Provedor

José Beneollo

Vice-Provedor

Bruno Miguel Amorim Trindade

Tesoureiro

Fávica Filipa Vânia Afonso

Secretário

Suzana Filipa da Silva Santos



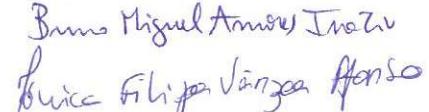
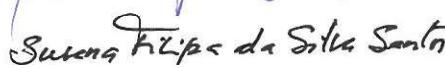
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

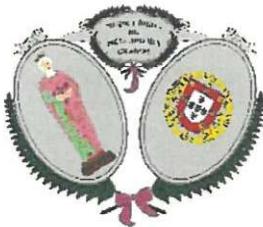
Contribuinte: 501384790

Moeda : Euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	3 575 715,33	595 060,97
Investimentos financeiros	8	882,01	1 059,01
		3 576 597,34	596 119,98
Activo corrente			
Créditos a receber	10		
Estado e outros entes públicos	12	664 909,87	91 711,62
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	24	245,70	187,20
Diferimentos	14		104,74
Outros ativos correntes	13	732 400,64	2 133 996,14
Caixa e depósitos bancários	4	1 243 728,88	1 495 745,25
		2 641 285,09	3 721 744,95
		6 217 882,43	4 317 864,93
Total do activo			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	8 550,76	8 550,76
Resultados transitados	15	1 052 757,99	1 069 767,29
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		3 002 099,65	2 897 099,65
Subsídios ao Investimento	15	2 950 080,00	2 845 080,00
Doações		52 019,65	52 019,65
Resultado líquido do período		4 063 408,40	3 975 417,70
		-10 308,42	-17 009,30
Total dos fundos patrimoniais		4 053 099,98	3 958 408,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	16	1 434 379,00	
Outras contas a pagar		1 434 379,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	180,93	89,72
Estado e outros entes públicos	12	184 934,05	89 264,55
Financiamentos obtidos	25		1 000,00
Outros passivos correntes	16	545 288,47	269 102,26
		730 403,45	359 456,53
Total do passivo		730 403,45	359 456,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6 217 882,43	4 317 864,93

M L L


 Bruno Miguel Amorim Inácio

 Ana Paula Filipe Vânia de Almeida

 Susana Trizpe da Silveira Santa



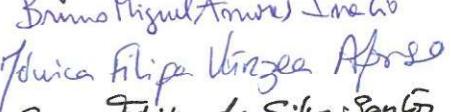
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO

Contribuinte: 501384790

Moeda: Euro

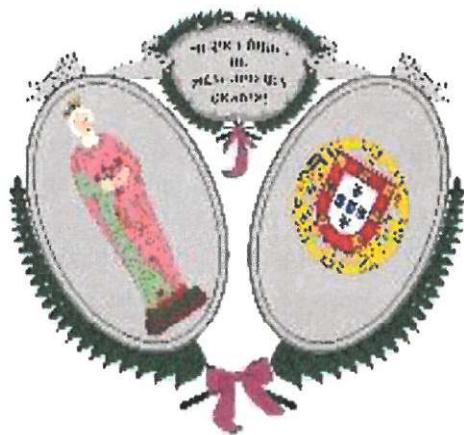
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	17	1 597,94	1 390,21
Subsídios, doações e legados à exploração	18	14,00	14,00
Subsídios de entidades públicas		0,00	0,00
ISS, IP - Centros Distritais			
Outras entidades públicas			
Subsídios de outras entidades			
Doações heranças e legados		14,00	14,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	19	-5 553,20	-5 871,59
Gastos com o pessoal	20		-9 933,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			56,00
Outros rendimentos e ganhos	21	11 394,02	554,86
Correcções relativas a anos anteriores	5	11 394,02	190,36
Correcções positivas de participação do ISS, IP			
Outras correcções de anos anteriores		11 394,02	190,36
Imputação de subsídios ao investimento	15 / 18		364,50
Outros rendimentos			
Outros gastos e perdas	22	-735,13	-2 301,44
Correcções relativas a anos anteriores	5	-177,01	-2 095,68
Correcções negativas de participação do ISS, IP			
Outras correcções de anos anteriores		-177,01	-2 095,68
Outros gastos		-558,12	-205,76
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		6 717,63	-16 091,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-1 593,00	-1 593,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 124,63	-17 684,24
Juros e rendimentos similares obtidos	23	8 996,58	722,89
Juros e gastos similares suportados	23	-24 170,92	-47,95
Resultados antes de impostos		-10 049,71	-17 009,30
Imposto sobre o rendimento do período	12	-258,71	
Resultado líquido do período		-10 308,42	-17 009,30

MLV


 Bruno Miguel Amorim

 Joana Filipe Vazza Afonso

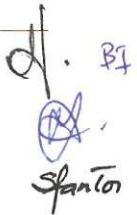
 Susana Tripa da Silva Santos

Santa Casa da Misericórdia da Mexilhoeira Grande



Anexo

28 de março de 2025




Índice

1	Identificação da Instituição	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação.....	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Caixa e Depósitos Bancários.....	8
5	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:.....	8
6	Ativos Fixos Tangíveis	8
7	Ativos Intangíveis.....	10
8	Investimentos Financeiros.....	10
9	Inventários.....	11
10	Créditos a Receber	11
11	Fornecedores.....	11
12	Estado e Outros Entes Públicos	11
13	Outros Ativos Correntes	11
14	Diferimentos.....	11
15	Fundos Patrimoniais	12
16	Outros Passivos Correntes.....	12
17	Rébito	12
18	Subsídios, Doações e Legados à Exploração.....	12
19	Fornecimentos e Serviços Externos.....	13
20	Benefícios dos Empregados.....	13
21	Outros Rendimentos	13
22	Outros Gastos e Perdas	13
23	Resultados Financeiros	14
24	Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	14
25	Financiamentos Obtidos.....	14
26	Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais	14
27	Acontecimentos após Data de Balanço.....	15

1 Identificação da Instituição

ESTRUTURA JURÍDICA E FORMAL DA INSTITUIÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande é uma Associação sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa coletiva, com os estatutos publicados em Diário da República n.º 24, III série, datado de 28 de janeiro de 1984, com sede social na Rua Francisco Bivar n.º 74, 8500-132 Mexilhoeira Grande. Tem como propósito satisfazer obras sociais dando expressão organizada ao dever de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, podendo ainda alargar o seu âmbito de atividade aos setores da saúde, educação e cultura.

CORPOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: José João Albano Dias

PRIMEIRO SECRETÁRIO: Paulo Miguel Cristino Barroso

SEGUNDO SECRETÁRIO: Rita Joana da Silva Pinto Dias

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE: Ana Sofia Anacleto Luís

SECRETÁRIO: José Vitorino da Silva Nunes

VOGAL: Maria dos Santos Cansado Mateus Cristino

MESA ADMINISTRATIVA

PROVEDOR: António José Duarte Borralho

VICE-PROVEDOR: Bruno Miguel Amores Inácio

SECRETÁRIO: Susana Filipa da Silva Santos

TESOUREIRO: Mónica Filipa Várzea Afonso

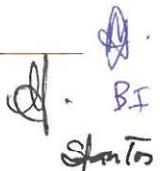
VOGAL: Armando da Conceição Esteves

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;

- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)




Conteúdos não comparáveis com o exercício anterior

Considera-se que os conteúdos das demonstrações financeiras apresentam-se comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

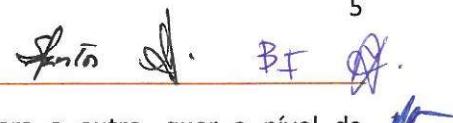
3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins, passando, a gestão das atividades pela adaptação às novas realidades sócio-financeiras.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação



As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- A razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

6
BI
Santo
N
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada pelo Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Sem depreciação
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	De 1 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	De 1 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	De 1 a 10 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento dizem respeito aos fundos de compensação, 10 acções que detém da TVI e 1 Obrigação de Dívida Pública.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Apesar de não existirem, é política que os “Ativos Intangíveis” sejam registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advinham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

3.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção de:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidos pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente; no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto indicado corresponde à retenção do valor do IRS da funcionalidade, ao valor a pagar da segurança social da mesma e ao valor da retenção da conta de juros de depósitos a prazo.

4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	937,66	203,23
Depósitos à ordem	883.297,23	598.048,03
Depósitos a prazo	359.493,99	897.493,99
Outros		
Total	1.243.728,88	1.495.745,25

5 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros:

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas foram realizadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

No exercício não se observaram quaisquer alterações de políticas contabilísticas, sendo que as alterações nas estimativas e erros foram registadas nos códigos de contas 6881 e 7881, referentes a correções de exercícios anteriores, nomeadamente os rendimentos de juros no valor de €11.273,92.

Descrição	Gastos	Rendimentos
Outras correções	177,01	11.394,02
Total	177,01	11.394,02

6 Ativos Fixos Tangíveis

9 *(Assinatura)*
DT *(Assinatura)*
Santos *(Assinatura)*
K *(Assinatura)*

Relativamente aos Ativos Fixos Tangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.1 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período não se encontram registados quaisquer “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de referência, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

Ano de 2023

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	16.515,44					16.515,44
Edifícios e outras construções	78.063,76					78.063,76
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	2.673,77					2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.570,99					10.570,99
Investimentos em curso	132.528,01	407.769,77				540.297,78
Total	242.465,87	407.769,77	0,00	0,00	0,00	650.235,64

Depreciações acumuladas

Descrição	2023			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	39.606,76	1.131,75		40.738,51
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90
Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	2.673,77			2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	9.187,24	461,25		9.648,49
Investimentos em curso				
Total	53.581,67	1.593,00	0,00	55.174,67

Ano de 2024

10
d. BT
Santos
PT

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates/Vendas	Transferências	Regularizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	16.515,44					16.515,44
Edifícios e outras construções	78.063,76					78.063,76
Equipamento básico	2.113,90					2.113,90
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	2.673,77					2.673,77
Outros Ativos fixos tangíveis	10.570,99					10.570,99
Investimentos em curso	540.297,78	2.982.247,36				3.522.545,14
Total	650.235,64	2.982.247,36	0,00	0,00	0,00	3.632.483,00
Depreciações acumuladas						
			2024			
Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final		
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	40.738,51	1.131,75		41.870,26		
Equipamento básico	2.113,90			2.113,90		
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	2.673,77			2.673,77		
Outros Ativos fixos tangíveis	9.648,49	461,25		10.109,74		
Investimentos em curso						
Total	55.174,67	1.593,00	0,00	56.767,67		

7 Ativos Intangíveis

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os critérios de mensuração, métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação utilizadas foram já se apresentados no ponto 3.2.2 acima.

Bens do domínio público

A Instituição não usufrui “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” outros ativos.

8 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros são representados pelo seguinte quadro:

Rubricas	2024	2023
Saldo Inicial	1.059,01	1.010,19
Aumentos		85,88
Diminuições	177,00	
Saldo Final	882,01	1.059,01

9 Inventários

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada encontram-se apresentadas no ponto 3.2.3 (acima).

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024 a rubrica “Inventários” não apresentava valores.

10 Créditos a Receber

A rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Total	0,00	0,00

11 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	180,93	89,72
Total	180,93	89,72

12 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	4.710,39	138,39
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	660.199,48	91.573,23
Total	664.909,87	91.711,62
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	184.934,05	89.264,55
Segurança Social		
FCT e FGCT		
Total	184.934,05	89.264,55

13 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber, ativo corrente” tinha a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Outros financiadores	732.400,64	2.133.810,00
Outros devedores		186,14
Total	732.400,64	2.133.996,14

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

12 *AF*
BT
Stantos
PA

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer		
Outras despesas c/ custo diferido		104,74
Total	0,00	104,74

15 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8.550,76			8.550,76
Resultados transitados	1.069.767,29		17.009,30	1.069.767,29
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.897.099,65	105.000,00		3.002.099,65
Total	3.975.417,70	105.000,00	17.009,30	4.063.408,40

16 Outros Passivos Correntes

A rubrica desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024		2023	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar (outras operações)				
Remunerações a pagar (acréscimos gastos)				
Fornecedores de Investimentos		543.742,97		267.572,40
Credores por acréscimo de gastos		45,50		30,06
Outros credores		1.238,25		1.499,80
Total	0,00	545.288,47	0,00	269.102,26

17 Réido

Os critérios de reconhecimento do réido encontram-se apresentados no ponto 3.2.9 acima.

Para os períodos de 2023 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réidos:

Descrição	2024	2023
Vendas		
Prestação de Serviços		
Quotizações e jóias	366,00	289,00
Serviços secundários	1231,94	1.101,21
Total	1.597,94	1.390,21

18 Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Instituição, no período de 2024 não recebeu subsídios à exploração, contudo há registar nesta rubrica um donativo de € 14,00.



19 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos		
Serviços especializados	3.856,62	3.995,59
Materiais	64,22	182,77
Energia e fluidos	694,80	757,87
Deslocações, estadas e transportes		
Serviços diversos	937,56	935,36
Total	5.553,20	5.871,59

20 Benefícios dos Empregados

Os órgãos diretivos não usufruem quaisquer remunerações.

Os gastos que a Instituição incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao pessoal		7.131,49
Indemnizações		1.000,00
Encargos sobre as Remunerações		1.455,28
Seguros Acidentes Trabalho Doenças Profissionais		248,11
Outros Gastos com o Pessoal		98,40
Total	0,00	9.933,28

Em 2024 não trabalhadores ao serviço.

21 Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos em investimentos financeiros		4,50
Rendimentos em investimentos não financeiros		
Outros rendimentos e ganhos	11.394,02	550,36
Total	11.394,02	554,86

22 Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	109,23	
Dívidas Incobráveis		126,00
Outros gastos e perdas	625,90	2.175,44
Total	735,13	2.301,44

*✓ B1
Santos
AT*

23 Resultados Financeiros

Nos períodos foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros suportados	24.170,92	47,95
Outros gastos e perdas de financiamento		
Total	24.170,92	47,95
Juros obtidos		
Outros Rendimentos similares	8.996,58	722,89
Total	8.996,58	722,89
Resultados Financeiros	15.174,34	674,94

24 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

A 31 de dezembro a rubrica apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Quotas	245,70	187,20
Total	245,70	187,20
Passivo		
Quotas (adiantamentos)	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

25 Financiamentos Obtidos

A rubrica financiamentos obtidos apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Instituições de crédito	1.434.379,00	1.000,00
Outros credores		
Total	1.434.379,00	1.000,00

O valor apresentado nas “Instituições de crédito”, é referente à utilização do financiamento da Caixa de Crédito Agrícola, contratualizado com carência de capital, no valor de €2.200.000,00, que visa a disponibilização das verbas necessárias à concretização da nova Estrutura Residencial para Idosos.

26 Divulgações Exigidas por Outros Diplomas Legais

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Instituição, no ano de 2024, não se encontra obrigada à certificação legal de contas.

27 Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

201796554
35739



Contribuinte: 501384790

Moeda: EUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	10 / 17	1 891,20	1 991,70
Pagamentos a fornecedores	9 / 11 / 19	-30 365,51	-6 217,19
Pagamentos ao pessoal	20		-10 227,09
Caixa gerada pelas operações		-28 474,31	-14 452,58
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	12	-55,88	38,32
Outros recebimentos/pagamentos	18	-441 499,17	-5 409,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-470 029,36	-19 823,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	6 / 16	-2 718 888,95	-132 521,44
Investimentos financeiros	8		-43,08
Juros e rendimentos similares	23	-24 170,92	722,89
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	8		37,06
Subsídios ao investimento	13 / 15	1 506 409,36	711 270,00
Juros e rendimentos similares	23	20 270,50	722,89
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 216 380,01	579 465,43
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	16	1 434 379,00	
Doações	18	14,00	14,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	23		-47,95
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		1 434 393,00	-33,95
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-252 016,37	559 607,78
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início de período		1 495 745,25	936 137,47
Caixa e seus equivalentes no fim de período	4	1 243 728,88	1 495 745,25

MT L. C.

for Branca
Breno Miguel Amorim Machado
Teresa Filipa Vazquez Afonso
Susana Tricosa da Silva Santos



**PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO 2024**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, designadamente a alínea e) do artigo 40.º dos Estatutos, submetemos à aprovação de V. Exas o nosso parecer sobre o Relatório e as Contas respeitantes ao exercício de 2024 da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande.

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande analisou o relatório de gestão e as contas do exercício de 2024 apresentados pela Mesa Administrativa.

Considerando o relatório, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração dos fluxos de caixa, cuja evolução através dos balancetes mensais foi acompanhada pelo Conselho Fiscal, que também acompanhou as normas contabilísticas; entende-se que o relatório e as contas traduzem com razoabilidade a actividade e a situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Mexilhoeira Grande, encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral.

Assim sendo, temos a honra de propor à digna Assembleia Geral ordinária que aprove o relatório de actividades e as contas de gerência relativas ao exercício de 2024.

Mexilhoeira Grande, 28 de março de 2025

O CONSELHO FISCAL

Presidente: Ana Sofia A. Luis

Secretário: Tri Sílvia da Silveira

Vogal: Manuela Sá da Silveira